



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**AS EXPERIÊNCIAS DOS GOVERNOS DE FRENTE POPULAR E NACIONALISTAS NA  
AMÉRICA LATINA: VENEZUELA, BOLÍVIA E BRASIL.**

Baltazar Sousa

baltazarmacaiba@yahoo.com.br

Universidade Federal da Paraíba

Brasil



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### **RESUMEN**

O estudo objetiva refletir sobre as experiências dos governos de frente popular e nacionalistas na América Latina, dando destaque para as experiências na Venezuela, na Bolívia e no Brasil. São governos que surgem apoiados por amplas mobilizações populares que se expressam na disputa político-eleitoral e nos conflitos de ruas. No caso da Venezuela, o governo de Hugo Chaves tem suas raízes na crise política do regime político do ponto fixo. O chavismo tem sua continuidade com o governo de Nicolas Maduro que expressa o ideal da “revolução bolivariana”. Na Bolívia, Evo Morales representa a tradição das mobilizações camponesas e do movimento dos mineiros bolivianos, tanto que a eleição de Evo Morales em 2005 para presidente da Bolívia foi um marco fundamental na conjuntura política da América Latina, sendo que seu governo recebeu amplo apoio da Central Operária Boliviana (COB) e da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB). No Brasil, o governo de Dilma Rousseff, retirado do poder por um golpe parlamentar-jurídico em 2016, foi a continuidade do governo de frente popular liderado por Luis Inácio Lula da Silva (Lula), governo com fortes vínculos com os movimentos populares e sindicais. Essas três experiências de governos populares, depois de um longo período de estabilidade política, entraram em crise e estão sendo ameaçadas de terem seus projetos substituídos por governos de cortes neoliberais, sem apelo ao nacionalismo e muito menos às camadas populares da sociedade.

### **ABSTRACT**

The study objective to reflect on the experiences of governments front popular and nationalist in Latin America, highlighting the experiences in Venezuela, Bolivia and Brazil. They are governments that are supported by broad popular mobilizations that are expressed in the political-electoral dispute and in the conflicts of streets. In the case of Venezuela, the Hugo Chaves government has its roots in the political crisis of the political regime of the fixed point. The chavismo has its continuity with the government of Nicolas Maduro that expresses the ideal of the "Bolivarian revolution". In Bolivia, Evo Morales represents the tradition of peasant mobilizations and the movement of Bolivian miners, so much so that the election of Evo Morales in 2005 as



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

president of Bolivia was a fundamental milestone in the political conjuncture of Latin America, and his government received widespread support from the Central Worker Bolivian (COB) and the Bolivian Mineworkers' Federation (FSTMB). In Brazil, the government of Dilma Rousseff, removed from power by a parliamentary-legal coup in 2016, was the continuation of the popular front government led by Luis Inacio Lula da Silva (Lula), a government with strong ties with popular and union movements. These three experiences of popular governments, after a long period of political stability, have entered into crisis and are being threatened to have their projects replaced by governments of neoliberal courts, without appealing to nationalism and much less to the popular layers of society.

### **Palabras clave**

América Latina, frente popular, nacionalismo.

### **Keywords**

Latin America, popular front, nationalism.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### **I. Introducción**

A investigação ainda encontra-se em curso, ela analisa e versa sobre: os governos dos presidentes da Venezuela Hugo Chaves e Nicolas Maduro (1998 até os dias atuais), este último como sucessor direto da política nacionalista de Hugo Chaves (1998 - 2013), o governo de Evo Morales eleito em 2005 para presidente da Bolívia, sendo um marco fundamental na conjuntura política do país Andino, e os governos de Lula e Dilma Rouseff (2003-2016).

A ascensão desses governos ao poder ocorre a partir de 1998, com a eleição de Hugo Chaves. Em 2002, Lula é eleito para presidente do Brasil, significando elemento central da conjuntura política da América Latina. Na verdade, esses governos têm se caracterizados pelo enfrentamento e resistência à política norte-americana desaprovadora dos planos e economias populares implementadas em diversos países da América Latina. É possível afirmar que são governos representantes de processos políticos de mudanças na Venezuela, na Bolívia e no Brasil.

A emergência desses governos populares ao poder ocorre a partir de 1998, com a eleição de Hugo Chaves e com a eleição de Lula para presidente do Brasil em 2002, significando elemento central da conjuntura política da América Latina. São processos encabeçados por líderes sindicais e burgueses nacionalistas que ocorreram em diversos países da América Latina, como resultado das contradições econômicas, políticas e sociais, bem como com o acirramento da luta de classes no contexto latino americano (Carmo, 2007).

É preciso entender que a emergência desses governos “bolivarianos” só foi possível depois de anos de saque e destruição das economias desses países semicoloniais, levados adiante pela aplicação dos planos neoliberais (Anderson, 1995).

As revoluções bolivarianas são consideradas como impulsionadoras da liberação nacional e expandiram-se por intermédio de uma política deliberada depois da eleição de Hugo Chavez (1998), bem como o movimento bolivariano contou com apoio explícito do governo cubano, na figura de seu líder maior Fidel Castro. O quadro abaixo ilustra os governos identificados com os processos políticos de mudanças na América Latina:



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### Quadro dos governos identificados como bolivarianos

Governo	País	Partido(s)	Ano
Chaves e Maduro	Venezuela	Partido Socialista Unificado	1998 -
Lula e Dilma	Brasil	PT-PL e PT-PMDB	2003 - 2016
Nestor e Cristina Kirchner	Argentina	Partido Justicialista	2003 - 2015
Manuel Zelaya	Honduras	MEL – Partido Liberal	2006 - 2009
Fernando Lugo	Paraguai	Frente Guasú	2008 - 2012
Daniel Ortega	Nicarágua	Frente Sandinista	2007 -
Evo Morales	Bolívia	MAS - Movimento ao Socialis	2005 -
Tabares e Mujica	Uruguai	Frente Ampla	2005 -
Rafael Correa	Equador	Alianza Pais	2007 - 2017
Ollanta Humala	Peru	Partido Nacionalista Peruano	2011 - 2016
Michelle Bachelet	Chile	Partido Socialista Chile	2006 – 2010 e 2014 -

As experiências de governos populares e nacionalistas, depois de um longo período de estabilidade política, entraram em crise e estão sendo ameaçadas de terem seus projetos substituídos por governos de cortes neoliberais, sem apelo ao nacionalismo e muito menos às camadas populares da sociedade.

Salienta-se que os governos de traços populares começam a ser questionados desde 2002, quando houve uma tentativa de golpe de Estado para retirar Hugo Chaves do poder. Não havia, à época, ainda uma crise de hegemonia dos projetos populares nacionalistas. Essa outra face de uma mesma conjuntura política no século XXI, vai se delineando com a deposição de Manuel Zelaya do poder em 2009, em Honduras, e com a retirada de Fernando Lugo (2012) do governo do Paraguai.

### II. Marco teórico/marco conceptual

O principal referencial teórico para nos auxiliar na compreensão da conjuntura na América Latina, é a dialética marxista, cujos expoentes principais, nesta investigação, são: Deutscher, (2005), Anderson (1995), Novak (2009) e Gramsci (2001). O marco teórico/conceitual permitiu entender a ascensão dos governos bolivarianos, destacando as experiências dos governos de Hugo Chaves e Nicolas Maduro na Venezuela, o governo de Evo Morales na Bolívia e os governos de Lula e Dilma Rouseff no Brasil.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### **III. Metodología**

As principais fontes e técnicas utilizadas na pesquisa: pesquisa bibliográfica sobre a problemática da América Latina relacionada, mais especificamente, às “revoluções bolivarianas”, ao chavismo, ao lulismo e movimento camponês e mineiro bolivianos; procedeu-se, de igual modo, a coleta de documentos - livros, cadernos de formação, boletins, panfletos, jornais, atas de reuniões, relatórios, sites de órgãos governamentais relacionados à política dos governos da Venezuela, Bolívia e Brasil.

### **IV. Análisis y discusión de datos**

A eleição de Evo Morales em 2005 para presidente da Bolívia foi um marco fundamental na conjuntura política da América Latina, pois seu governo recebeu amplo apoio da Central Operária Boliviana (COB) e da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB). Essa eleição também provocou grande comoção social das massas bolivianas ao ponto de ser comparada ao importante evento histórico de 1952, quando uma revolução operária e camponesa incendiava o País andino e na qual estavam colocados todos os elementos na luta pelo poder. Desta feita, não mais com os atores protagonistas do episódio de 1952 – quais sejam, o Partido Operário Revolucionário (POR) e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), mas através de um líder do movimento camponês (movimento este que tem em sua composição social plantadores de coca), cuja vinculação política se dá com o Movimento ao Socialismo (MAS).

Evo Morales é reeleito em 2009, tendo como plataforma política a continuidade dos processos de nacionalização de empresas como petroleiras, gás, entre outras, o programa de reforma agrária, a defesa dos plantadores de coca e a identificação com as ideais do “bolivarianismo” do século XXI. Entretanto, apesar desse caráter democratizante e popular, hoje o governo de Evo Morales encontra-se numa crise a ponto de ter perdido o referendo em fevereiro de 2016, o qual encaminhava sobre a possibilidade ou não de Evo Morales ser reeleito em 2019; o resultado final do referendo apontou 51,3% dos votos contra 48,7% favoráveis à reeleição.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O governo de Evo Morales, como filho político das revoluções bolvarianas, vive também seu momento de descrença, evidenciado no último referendo (2016) na Bolívia. A crise política na Bolívia e do seu regime político, expresso no questionamento ao governo do líder dos “cocaleiros” é parte do aguçamento da luta de classes Bolívia, onde, de um lado está a tradição de luta dos camponeses e mineiros, e de outro os latifundiários, empresários e alta cúpula das forças armadas bolivianas que tentam derrotar a “revolução bolivariana” e impor o regime da “rosca” com seus governos conservadores e próimperialistas (Novak, 2009).

Na Venezuela, o governo do presidente Nicolas Maduro, como sucessor direto da política nacionalista de Hugo Chaves (1998 - 2013). Á época, como vice-presidente, assume a Presidência do referido país tendo como eixo dar continuidade ao enfrentamento e resistência à política norte-americana desaprovadora dos planos e economias populares implementadas em diversos países da América Latina. É possível afirmar com segurança que seu governo representa a continuidade do processo político pelo o qual passa a Venezuela, desde a eleição de Hugo Chavez em 1998, ao mesmo tempo em que é outra face de uma mesma conjuntura política no século XXI – a crise de legitimidade dos projetos populares nacionalistas. Vale salientar que o governo de Chavez já vinha sendo questionado desde 2002, quando houve uma tentativa de golpe de Estado para retirá-lo do poder.

A ascensão de Maduro ao poder em 2013, como herdeiro político do chavismo, ocorre quando este se encontrava em descrença. A crise política na Venezuela e do seu regime político expresso no governo Nicolas Maduro é parte do questionamento de segmentos da sociedade venezuelana às “revoluções bolvarianas”, que são processos encabeçados por burgueses nacionalistas que ocorreram em diversos países da América Latina, como resultado das contradições econômicas, políticas e sociais, bem como com o aguçamento da luta de classes no contexto latino americano.

Na Venezuela, o chavismo representa a tradição das mobilizações populares desse país, cuja rebelião social mais conhecida foi o Caracazo em fevereiro de 1989, à época, quem governa a Venezuela era o presidente Carlos Andrés Perez, no seu segundo mandato (1989-1993). O Caracazo foi um movimento espontâneo de insatisfação social contra a corrupção e as políticas de cortes



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

liberais do governo Andrés Pérez. É dessa revolta social que surge o movimento bolivariano, encabeçado por Hugo Chavez. Na ocasião da revolta, Chavez condenou o massacre policial e atribuiu a responsabilidade pelas mortes ao governo Pérez.

A eleição de Hugo Chavez em 1998 para presidente da Venezuela foi um marco fundamental para a situação política da América Latina, sendo que seu governo recebeu amplo apoio das classes médias, dos movimentos populares, do exército e teve como base impulsionadora de sua vitória os círculos bolivarianos, composto de militares e dirigentes políticos nacionalistas, cuja inspiração são as ideias de Simón Bolívar.

Quanto aos governos identificados como oriundos das “revoluções bolivarianas” se caracterizam por defenderem o socialismo do século XXI, conclamarem as massas para pressionar os governos pró-imperialistas, como o de Álvaro Uribe na Colômbia, para tomarem medidas pretensamente progressivas, que atendam suas demandas e reivindicações - como pôr fim aos acordos com os Estados Unidos.

Os governos bolivarianos são considerados como impulsionadores da liberação nacional e expandiram-se via uma política deliberada depois da eleição de Hugo Chavez (1998), bem como o movimento bolivariano contou com apoio explícito do governo cubano, na figura de seu líder maior Fidel Castro. É preciso entender que a emergência desses governos “revolucionários” só foi possível depois de anos de saque e destruição das economias desses países semi-coloniais, levados adiante pela aplicação dos planos neoliberais<sup>1</sup>.

Nesse sentido, são governos que surgem para impedir o saque imperialista em suas economias se caracterizando pelo apoio de amplos setores das massas, principalmente na Venezuela através dos Círculos Bolivarianos, dos Comitês de Defesa do Estado Revolucionário (CDER) e por parte do movimento sindical através da União Nacional dos Trabalhadores Venezuelanos (UNT) que chamou a votar em Chávez no último referendo e nas últimas eleições presidenciais conclamou a coletar 10 milhões de votos para o caudilho, chamando às classes populares da Venezuela a apoiarem a revolução bolivariana chavista; na Bolívia, o governo de Evo Morales recebe amplo

---

<sup>1</sup> Ver o texto de Anderson (1995) “Balanço do neoliberalismo”.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

apoio da Central Operária Boliviana (COB) e da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB).

As principais medidas adotadas pelos governos bolivarianos que desagradam seus opositores são: nacionalização dos principais setores da economia (a estatização das comunicações, da extração de setores minerais tais como petróleo, ferro), erradicação do analfabetismo, reforma agrária, distribuição da renda, formação de cooperativas (Cepal, 1998). São medidas que provocam situações de enfrentamentos com setores nacionais e com governos dos países imperialistas, bem como impulsionam as massas a se organizarem como atores políticos, inclusive, apoiando caudilhos, a exemplo de Hugo Chavez, que foi reconduzido ao poder pelo povo depois de uma tentativa de golpe contra seu governo em 2002.

O ideal bolivariano foi estimulado por Hugo Chavez que promoveu uma política de cooperação entre os países da América Latina através da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA)<sup>2</sup> e em oposição à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), bem como instigou o anti-americanismo. Os governos identificados com as revoluções bolivarianas adotam uma concepção política anti-imperialista, por processos de nacionalização, estatização de empresas e apoio aos movimentos guerrilheiros.

São governos que se propõem confrontar-se à política norte-americana para a América Latina, ou seja, se propõem a enfrentar o imperialismo dos Estados Unidos; bem como os imperialistas democráticos como a França, Espanha e Alemanha, que na América Latina têm enormes negócios com as burguesias nacionais. Hugo Chavez, Rafael Correa e Evo Morales fazem declarações de apoio às FARC, chamando abertamente os movimentos guerrilheiros e à resistência colombiana a enfrentar o imperialismo, a não se render, a liberar reféns sempre em troca de algum compromisso, não entregar as armas, sob o argumento de que a guerra de guerrilhas é uma resistência legítima do povo colombiano, que pode triunfar e instaurar um governo bolivariano. São governos que criticam o Tratado de Livre Comércio (TLC) por um lado, e apóiam o Mercosul e

---

<sup>2</sup> Consultar: “ALBA, **Acuerdo entre el Presidente de La República Bolivariana de Venezuela y el Presidente del Consejo de Estado de Cuba, para la aplicación de la Alternativa Bolivariana Para Las Américas**”; e demais documentos referentes à ALBA que constam nas referências bibliográficas.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

a ALBA por outro, onde há acordos semelhantes aos TLC, que permitem aos monopólios imperialistas explorar as riquezas e obter altos ganhos, super lucros. (Novak, 2009).

As revoluções bolivarianas indicam o rechaço das massas ao neoliberalismo. Ao mesmo tempo que tornam evidentes uma forte resistência das massas ao imperialismo e favorecem a ascensão de caudilhos (Villa, 2005). São revoluções que se restringem aos limites próprios dos movimentos nacionalistas e por isso, incapazes de ameaçar os fundamentos das relações de produção e propriedade capitalistas. Embora, a principal figura das revoluções bolivarianas, Hugo Chavez, refira-se ao socialismo do século XXI, ao “Programa de Transição” e à “Revolução Permanente” uma alusão contundente às ideias de um dos dirigentes da Revolução Russa, Leon Trotsky<sup>3</sup>.

Podemos observar que os governos bolivarianos têm suas contradições, principalmente, quando enviaram tropas ante a rebelião das massas no Haiti, constituindo-se em tropas latino-americanas sob o mandato da ONU à serviço das nações que controlam esse organismo internacional, ou seja, são governos que se negam à luta pela retirada das tropas brasileiras, argentinas, bolivianas e chilenas, que estão instaladas no Haiti. Pode-se dizer que esses governos no máximo exigem, pressionam e orientam os trabalhadores desses países para reivindicarem aos governos, simpáticos à causa bolivariana (como Lula, Kirchner e Bachelet), para que se designem a retirar as tropas da referida nação, sem qualquer ação concreta o que termina legitimando as tropas de ocupação no Haiti.

Assim, entender a crise do chavismo expresso na crise do governo de Maduro, é necessário retornar a tentativa de golpe contra o Hugo Chavez em 2002, o qual indica um grau de descontentamento das classes médias que o haviam apoiado nas eleições de 1998 e de 1999 (Bossi, 2010). Outra situação que indica o início da descrença com o chavismo são as eleições de 2007, quando Chaves propõe uma Reforma Constitucional que alterava 69 artigos da Constituição Bolivariana de 1999. Objetivamente a proposta chavista “foi derrotada: 50,7% (4.379.392 de votos) contra 49,3% (4.504.354 de votos). Uma diferença de menos de 125 mil votos em um universo de

---

<sup>3</sup>Sobre as ideias de Leon Trotsky consultar a triologia (“O profeta armado”, “O profeta desarmado” e “O Profeta banido”) de Isaac Deutscher que faz um estudo profundo acerca do pensamento e das obras Trotsky, editado pela Civilização Brasileira (2005).



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

quase 17 milhões de aptos a votar” Assim, a proposta de Reforma Constitucional de 2007 foi uma derrota eleitoral de Chávez. De maneira pouco planejada, o governo tentou aproveitar o elevado índice de popularidade do projeto bolivariano para avançar no socialismo do século XXI, a república bolivariana (González, 2005).

Na verdade, os setores opositoristas estavam esperançosos em voltar ao poder embalados nesta vitória apertada contra a Reforma, não exatamente contra Chávez. A oposição, apoiada pelos grandes meios de comunicação, por empresários, as classes médias e pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, impulsionou a vitória na Reforma como um exército imbatível para deslocar Chávez do poder e aumentar o rechaço da população mais pobre contra o regime chavista. Por outro lado, “é possível supor que quase 3 milhões de partidários de Chávez não associaram a Reforma com o presidente. A abstenção foi de 45% e podemos dizer que nesse dia muitos chavistas simplesmente não foram votar.”

Nicolas Maduro quando sobe ao poder é herdeiro dessa crise já iniciada no chavismo, uma vez que a “oposição, argumenta que entre 2006 e 2009 Chávez perdeu cerca de 1 milhão de seguidores.” Esse dados revelam que a crise do bolivarianismo tem se aprofundado, pois mesmo com vitória nas eleições de 2013 já havia uma desconfiança política em relação ao chavismo, pois “Maduro foi eleito com 50,66% dos votos contra 49,07% de seu opositor, Henrique Capriles”. Capriles já havia concorrido às eleições de 2012 contra Hugo Chavez, em um pleito muito concorrido onde o chavismo venceu com uma diferença de 220 mil votos. Destaca-se que as eleições 2012 teve uma participação expressiva de quase 79% do eleitorado, num total de aproximadamente de 19 milhões de eleitores aptos a votarem. Assim, afirmamos que a análise sobre a situação do citado país é de crise profunda do chavismo e de ascensão de forças conservadoras que estão há bastante fora do poder.

A caracterização do quadro político venezuelano é caótico. O chavismo sem Chavez enfrenta um dos momentos de imensa dificuldade econômica e social, com desabastecimento dos produtos de primeira necessidade (leite, carne, materiais de limpeza e outros). Assim, Nicolas Maduro tem enfrentado uma crise no parlamento, onde a oposição tem maioria e exige um plebiscito revogatório



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

para encurtar o mandato de Maduro. O governo chavista de Maduro tem conseguido sobreviver até o momento mesmo ante todas as ameaças dos seus opositores.

Na Venezuela não existe o Estado socialista e sim, um governo nacionalista de esquerda que implementa a “revolução bolivariana” como o socialismo do século XXI, tendo por base o controle dos principais meios de produção pelo Estado para o desenvolvimento da economia nacional. Maduro é a continuidade do governo nacionalista de Hugo Chaves, governo com fortes vínculos com os movimentos populares e sindicais.

No Brasil, a experiência do governo de frente popular (Lula e Dilma Rouseff) emerge nessa conjuntura das “revoluções bolivarianas”, um lugar de destaque, contribuindo como mediadora para estabilidade política da região. A principal marca dessa experiência de governo de frente popular foi o distanciamento em relação às políticas dos Estados Unidos e aproximação dos governos bolivarianos. Observemos que em 2003 o governo Lula, ao assumir a vice-presidência da ALCA, propôs renegociar as metas e os objetivos da Área de Livre Comércio da América que vinha sendo gestada, sob a tutela dos Estados Unidos, desde a “I Cúpula das Américas” realizadas em Miami em 1994 (Herrera, 2006).

Essa política mais esquerdista, por parte do Brasil, ficou em evidência, principalmente, nos dois mandatos do governo de Luis Inácio Lula da Silva que nomeou Marco Aurélio García como assessor para assuntos internacionais, um espécie de “ministro” sem pasta, cujo foco de atuação foram os diversos atritos que envolveram os governos bolivarianos e seus opositores na América Latina (Jácome, 2007). Particularmente, o governo brasileiro, teve uma política de aproximação com os governos bolivarianos seja reforçando o Mercosul e inviabilizando a ALCA, não foi por acaso que o Brasil fomentou a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) criada em abril/2007 na Ilha de Margarita na Venezuela, cuja composição é na sua maioria de países governados caudilhos bolivarianos: Argentina, Bolívia, Equador, Guiana, Peru e Venezuela (Cervo, 2004).

Dentre as ações que provocaram choques de maior envergadura no contexto da América Latina podemos relacionar a nacionalização de empresas petroleiras pelo governo de Evo Morales em 2006, (Silva, 2007). Fato que promoveu uma reação internacional em relação aos governos bolivarianos, que passaram a ser acusados, sobretudo, pelo então governo dos Estados Unidos,



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

George W. Bush (2001 – 2009), como ameaças à democracia. Foi uma situação em que o governo brasileiro teve de atuar com destaque, aparecendo como uma força política de estabilização nesse contexto, ao defender a legitimidade dos governos bolivarianos e de suas práticas nos organismos internacionais: Organização das Nações Unidas (ONU) e na Organização dos Estados Americanos (OEA), (Silva, 2006).

Nos conflitos entre os governos bolivarianos (Hugo Chavez, Evo Morales, Rafael Correa e Rafael Zelaya) e os seus opositores o Brasil também atuou de forma decisiva, tanto que há uma situação em que apareceu com toda ênfase: foi no litígio entre o governo da Colômbia liderado Álvaro Uribe (2002-2010) e o governo de Chavez; também o governo de Uribe e o governo de Rafael Correa (eleito em 2006), quando o exercito colombiano invadiu o território do Equador perseguindo e massacrando guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC), inclusive, assassinando um dos líderes da guerrilha, Raúl Reyes (Alba, 2004).

Outro momento que também podemos identificar claramente o lugar relevante da política esquerdizante do governo Lula foi na crise em Honduras, quando da deposição de seu presidente Manuel Zelaya (também identificado com o projeto bolivariano de Chavez) em 28 de junho de 2009 por militares, nessa crise o papel ativo da frente popular revelou-se bastante característico, em que a própria embaixada brasileira passou a ser uma espécie de quartel general de Manuel Zelaya, inclusive, o governo brasileiro sofreu críticas e pressões por abrigar o presidente deposto de Honduras em sua embaixada.

A conjuntura política do Brasil evidencia de forma inquietonável que há uma crise profunda na aliança governamental editada entre PT e PMDB. Vitoriosos nas eleições de 2010 e 2014, os referidos partidos não conseguem reeditar o pacto de governabilidade bem-sucedido no primeiro mandato da presidente Dilma (2010-2014), não conseguem “manter seu domínio pelo respeito dos governados”. É preciso destacar que desde junho de 2013 o governo (Dilma/Temer) é acusado de não ouvir as reivindicações do povo que foi às ruas, nas gigantescas mobilizações que sacudiram o País, e ficaram conhecidas como as “Jornadas de Junho de 2013”. São essas mobilizações de 2013 que indicavam à aliança governamental (PT/PMDB) a necessidade de reorientação política do “bloco no poder” (Gramsci, 2001). O sucesso eleitoral de Dilma/Temer em 2014, alcançado numa



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

disputa eleitoral acirrada com o PSDB/DEM/PPS, passou a ser questionado no mesmo ano de sua vitória e ficando mais claro em 2015 com mobilizações em todo Brasil.

### V. Conclusiones

Pode-se concluir que o governo de Nicolas Maduro reflete a experiência de um governo nacionalista na Venezuela. Governo esse que surge apoiado por amplas mobilizações populares que se expressam na disputa político-eleitoral e nos conflitos de ruas, sendo que o governo de Hugo Chaves tem suas raízes na crise política do regime político do ponto fixo.

O chavismo tem sua continuidade com o governo de Nicolas Maduro que expressa o ideal da “revolução bolivariana”. Essa experiência de governo nacionalista-popular, depois de um longo período de estabilidade política, entrou em crise e está sendo ameaçado de ter seu projeto substituído por um governo de corte neoliberal, sem apelo ao nacionalismo e muito menos às camadas populares da sociedade.

Essas experiências, Venezuela, Bolívia e Brasil, configuram-se como guias programáticos recentes no cenário político da América Latina, além de se caracterizarem por serem lideradas por caudilhos, reivindicam o socialismo, defendem a estatização dos serviços essenciais (educação, saúde, segurança), propõem uma nova libertação nacional bolivariana (Lopes, 2009). A ascensão de governos populares e nacionalistas ocorreu devido à falência de governos conservadores que aplicaram políticas de privatização de setores fundamentais dos países da América Latina simultâneo a um processo de esquerdização eleitoral das massas que teve início com a eleição de Hugo Chavez (1998) e os casos mais recentes como a eleição de Tabaré Vázquez (2014). Todavia, esse período de esquerdização eleitoral está chegando ao fim, cujas evidências mais fortes são os governo de Macri na Argentina e golpe parlamentar-jurídico que retirou do poder Dilma Roussef no Brasil. Na Venezuela, o governo de Maduro, é ameaçado cotidianamente pela oposição de ser retirado do poder através um golpe parlamentar desde a eleição 2015, uma vez que a oposição foi amplamente vitoriosa e exige o fim do mandato do governo representante do chavismo.

A crise dos governos de frente popular e nacionalistas não pode ser visto de forma particular e de maneira isolada, uma vez que os governos, do citado período, tiveram como um dos traços



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

característicos serem herdeiro do bolivarianismo e toda uma esquerdização das massas que está chegando ao fim, um período político mais conservador está se avizinando e governos populares, como o de Nicolas Maduro e Evo Morales, tendem a serem substituídos por governos conservadores.

### VI. Bibliografía

ALBA (2004). *Acuerdo entre el Presidente de La República Bolivariana de Venezuela y el Presidente del Consejo de Estado de Cuba, para la aplicación de la Alternativa Bolivariana Para Las Américas*. Havana.

ANDERSON, Perry (1995). Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 09-23.

BANCO ALBA (2008). *Busca combater a dependência financeira junto às IFIs*. Fortaleza, p. 01, 17 de jan. Disponível em <<http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=31305>>. Acesso em 30 de agosto 2011 às 20:12h.

BOSSI, Fernando Ramón (2010). “¿Qué es el Alba?” In: ALBA, s/d. Disponível em: <<http://www.alternativabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=1>>. Acesso em 08 de setembro 2011 às 17:03h.

CARMO, C. A. ; BARROS, P. S. ; Monteiro, L. V., (2007). *Prêmio América do Sul – 2007 Venezuela: Mudanças e Perspectivas*. Brasília: FUNAG.

CEPAL (1998). “El Regionalismo Abierto em América Latina y el Caribe: La Integración Económica al Servicio de la Transformación Productiva con Equidad”. In *Cincuenta Años de Pensamiento en la CEPAL*, Textos Seleccionados, volume 2, Santiago: CEPAL.

CERVO, Amado Luiz (2004). “A política exterior da Venezuela”. In ARAÚJO, Heloísa Vilhena. *Os Países da Comunidade Andina*, Volume 1 Brasília: FUNAG e IPRI.

DEUTSCHER, Isaac (2005). *Trotski*. São Paulo: Civilização Brasileira.

GONZÁLEZ, Milko (2005). *Entrevista aos autores*. Caracas.

GRAMSCI, Antonio (2001). *Concepção dialética da história*. São Paulo: Civilização Brasileira.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

HERRERA, L. C. (2006). El objetivo es conformar um mundo pluripolar. *Ministério de Comunicação e Informação do Governo Bolivariano da Venezuela*, Caracas, 21 jul. Disponível em: <<http://www.mci.gob.ve/noticiasnuev.asp?numn=10632>>. Acesso em 09 de setembro 2011 às 15:15h.

JÁCOME, Francine (2007). Segurança e integração “bolivariana” no marco da política exterior da Venezuela (1999-2006). In CADERNOS ADENAUER VIII. *União Européia e Mercosul: dois momentos especiais da integração regional*, no 1, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, maio.

LOPES, Rodrigo Herrero e HITNER, Verena (2009). *Venezuela: o papel dos processos de integração para a manutenção do governo Chávez*. Brasil, disponível em <<http://blogdoherrero.wordpress.com/venezuela-e-integracao-regional-em-debate/>>. Acesso em 06 de 09 de 2011 às 23:04h.

MERCOSUL (2006). *Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul*. Caracas.

MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO (2001). *Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007*. Caracas, MPD.

NOVAK, Silvia et al (2009). *Bolivia, una revolución tracionada*. Buenos Aires: Editorial Rudolph Klement. 2vs.

SILVA, Laura (2006). *Política Externa Brasileira para o Mercosul: Interesses Estratégicos e Crise da Integração Regional*. São Paulo. 107 f.. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SILVA, Luiz (2007). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela como Membro-Pleno do MERCOSUL*. Caracas.

VILLA, Rafael Duarte (2005). *Venezuela: mudanças políticas na era Chávez*. Scielo Brasil.